



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 2/2019**

Reunião Ordinária de 24 de janeiro de 2019

**1. ABERTURA**

Aos vinte e quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezanove, nesta vila de Castanheira de Pera, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, pelas dezoito horas e vinte e um minutos, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sob a Presidência da Sra. Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos restantes membros do Executivo:

- Vereador – João Miguel das Neves Graça (PPD/PSD);
- Vereador – Nuno Óscar Lopes Tomás (PPD/PSD);
- Vereador – Gonçalo Abílio Alves Lopes (PS);
- Vereador – António Manuel Henriques Antunes (PS).

Declarando aberta a reunião, a Sra. Presidente deu início à ordem de trabalhos, estabelecida e distribuída a todos os membros da Câmara Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 35.º e n.º 2 do artigo 53.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e que consta do seguinte:

**I - LEITURA E VOTAÇÃO DE ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES**

**II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

1. Intervenções dos Membros do Executivo

**III - ORDEM DO DIA**

**A. Gabinete da Presidente**

1. Transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais

**B. Divisão de Administração Autárquica**

**1. Secção Administrativa**

- 1.1. Deluxe Caffé – Licença Especial de Ruído – Ratificação de despacho
- 1.2. Núcleo Desportos Motorizados de Leiria – 8.º Rallye de Inverno – Pedido de autorização
- 1.3. Sport Castanheira de Pera e Benfica – Apoio financeiro para o ano de 2019
- 1.4. SEMENTE, Levamos Vida – Associação Humanitária – Pedido de cedência de espaço
- 1.5. Juventude Socialista – Pedido de cedência do auditório da Praça da Notabilidade e de isenção do pagamento das respetivas taxas
- 1.6. Atualização de taxas e tarifas
- 1.7. Responsabilidade civil extracontratual do Município
- 1.8. Projeto da 2.ª Alteração ao Regulamento Geral de Taxas do Município de Castanheira de Pera
- 1.9. Programa CLDS 4G

**2. Secção Financeira**

- 2.1. Balancete
- 2.2. Pagamentos
- 2.3. Alterações às Grandes Opções do Plano de 2019
- 2.4. Alterações ao Orçamento de 2019

**3. Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo**

- 3.1. Obras particulares
- 3.2. Programa de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes, afetadas pelo incêndio de junho de 2017 - Apreciação de requerimentos



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 2/2019**

Reunião Ordinária de 24 de janeiro de 2019

4. Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais

- 4.1. Empreitada de Reabilitação de Estradas Municipais/Incêndios 2017 –  
Alteração da denominação do adjudicatário e alteração de elemento da  
fiscalização
- 4.2. Empreitada de Reabilitação de Estradas Municipais/Incêndios 2017 –  
Corte e condicionamento de vias - Ratificação
- 4.3. Empreitada “Regeneração de Edifícios e Construções Municipais,  
Edificações Municipais (Pavilhão da Retorta)/ Incêndios 2017” –  
Ratificação de despacho
- 4.4. Empreitada de “Intervenções de estabilização de emergência pós  
incêndio/Incêndio de 2017 (Incêndio florestal de Pedrógão Grande)” –  
Minuta de contrato

**IV - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**LEITURA E VOTAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR**

**2. LEITURA E VOTAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR**

Foram presentes as atas n.º 22/2018, de 30 de novembro, e 24/2018, de 27 de dezembro, respetivamente, tendo a Sra. Presidente perguntado aos Srs. Vereadores se pretendiam tecer algum comentário ou sugerir alguma alteração às mesmas.

Verificando-se por parte dos Srs. Vereadores António Antunes e Gonçalo Lopes uma sugestão de alteração à ata n.º 24/2018, a mesma foi considerada, tendo a Sra. Presidente dado instruções para o efeito.

Não se registando mais observações, a Sra. Presidente submeteu as referidas atas a votação, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade.

Em seguida, a Sra. Presidente informou os Senhores Vereadores que não foi possível concluir as atas n.º 23/2018, de 14 de dezembro, e n.º 1/2019, de 11 de janeiro, respetivamente, pelo que as mesmas iriam ser submetidas em próxima reunião de Câmara.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente passou ao ponto seguinte da ordem do dia.

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**3. INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO**

Tomando a palavra, a Sra. Presidente começou por prestar as seguintes informações:

- No dia 15/01/2019, foi realizada a reunião com o administrador da insolvência da Fábrica Barros III, Dr. Rui Castro Lima, que se fez acompanhar do Eng.º Estrela Esteves, tendo aquele solicitado que o Município procedesse ao envio de uma comunicação a formalizar o pedido de esclarecimentos que entende serem necessários para uma melhor análise do assunto, bem como dos documentos considerados relevantes para os indicados fins. Ficou, ainda, acordado que o Município entraria em contacto com o representante dos



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 2/2019**

Reunião Ordinária de 24 de janeiro de 2019

trabalhadores, que é detentor da chave dos imóveis, para o agendamento de uma deslocação ao local.

- No dia 16/01/2019, o Município, na pessoa da Senhora Presidente, fez-se, representar no 1.º Seminário do Projeto Life Forest, sob o tema “Gestão pós-fogo e mitigação da erosão do solo em Portugal”, que teve lugar na Universidade de Aveiro.
- A convite da ADXTUR, no dia 18/01/2019, o Município fez-se também representar, na pessoa da Senhora Presidente, no seminário sob o tema “Visões para o Futuro das Aldeias do Xisto”, que se realizou em Lisboa e contou com a presença, entre outros, do Senhor Presidente da Entidade Regional Turismo do Centro.
- No dia 19/01/2019, a Senhora Presidente esteve também presente na cerimónia de entrega de prémios 2018 e apresentação do plano de atividades para o ano de 2019 do Núcleo de Desportos Motorizados de Leiria, que teve lugar em Monte Real.
- O PEPAL encontra-se na fase de notificação aos candidatos do projeto de lista de ordenação final.
- Foram aprovadas quatro candidaturas submetidas pelo Município ao Instituto de Emprego e Formação Profissional, com vista à celebração de contratos emprego-inserção e emprego-inserção mais. Neste momento, encontram-se a ser selecionados os respetivos candidatos.
- A CIMRL encontra-se a diligenciar no sentido da reformulação do PAMUS, sendo que na parte respeitante ao Município de Castanheira de Pera está a ser ponderada, nomeadamente, a inserção de alguns passeios no projeto.
- Os serviços municipais já procederam ao corte de árvores no talude do troço da antiga EN 236-1 que dá acesso à localidade de Carregal Cimeiro, encontrando-se em preparação o procedimento para intervenção no mesmo.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Relativamente à reformulação do PAMUS, a Sra. Presidente complementou a informação dizendo que este programa abrangia três candidaturas que não se encontravam aprovadas por falta de elegibilidade, uma vez que o valor para financiamento era insuficiente. Acrescentou que, neste momento, o Executivo está a tentar incluir outros projetos no âmbito da acessibilidade e mobilidade, dando como exemplo alguns passeios que se encontram inacabados, nomeadamente junto à rotunda da Nora.

Atalhando, o Sr. Vereador António Henriques perguntou se essas alterações também abrangiam a Ponte dos Esconhais, tendo a Sra. Presidente respondido que não, questionando, de seguida, se a pergunta tinha a ver com a possibilidade de se tentar arranjar um acesso pedonal naquele local.

Em resposta, o Sr. Vereador António Henriques referiu que, na sua opinião, isso faria todo o sentido, acrescentando que, se as candidaturas têm de ser reformuladas e essa possibilidade existe, considera que no que respeita à acessibilidade e mobilidade é muito importante ter em conta a Ponte dos



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 2/2019**

Reunião Ordinária de 24 de janeiro de 2019

Esconhais, pelo que a mesma deve ser ponderada, inclusivamente, por uma questão de segurança das pessoas que ali passam, especialmente no verão.

Retomando a palavra, a Sra. Presidente referiu que esse local entre outros são importantes na questão da mobilidade e acessibilidade, sendo que, neste momento, se estão a analisar locais que possam ser incluídos na candidatura porque podem não ser elegíveis dada a sua localização.

Prosseguindo, a Sra. Presidente fez referência à última reunião de Câmara, realizada no passado dia 11 de janeiro, onde os Senhores Vereadores do PS teceram algumas considerações de indignação sobre a última Assembleia Municipal, realizada no passado dia 27 de dezembro de 2018, solicitando que esse tipo de considerações fosse transmitido em sede do próprio órgão e não em sede de reunião de Câmara Municipal.

Corroborando com o princípio subjacente ao pedido, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes acrescentou que a intervenção em sede de Assembleia Municipal tem um cariz necessariamente diferente e que sempre que lhe for dada a possibilidade de lá usar da palavra, assim o fará.

No entanto, esclareceu que era necessário enquadrar esta situação, uma vez que os Srs. Vereadores do PS não querem substituir-se áquilo que é a esfera de atuação das diferentes bancadas em sede de reunião de Assembleia Municipal, e que não considera descabido expressarem os seus descontentamentos em sede de debate no órgão que integram, a que acresce a natureza das matérias que abordaram.

Prosseguindo, a Sra. Presidente procedeu à leitura dos compromissos plurianuais, pagamentos e recebimentos em atraso a 31/12/2018:

- Em cumprimento do estipulado na alínea a) e b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, conjugado com o artigo 17.º do Decreto de Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, anexamos as Declarações relativas aos Compromissos Plurianuais, Pagamentos e Recebimentos em Atraso à data de 31/12/18.

Mais se informa que, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, a presente informação será também submetida ao conhecimento da Assembleia Municipal.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Em seguida, procedeu à leitura de processos enquadrados no âmbito do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação e que foram objeto de despacho. Para os devidos efeitos, e na sequência da deliberação da Câmara Municipal de 24 de novembro de 2017, delegando as competências previstas no n.º 1 e n.º 4 do artigo 5.º do RJUE na Presidente de Câmara, cumre-me informar:

- Proc.º 4509/2019 – Carlos Trovato e Madalena Maria Francisca Oliveira – Construção de moradia unifamiliar – Em 15 de janeiro de 2019 foi proferido o Despacho n.º 2/SPOPU/2019, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 2/2019**

Reunião Ordinária de 24 de janeiro de 2019

legais, fazendo da presente deliberação parte integrante, o qual determinou a aprovação do projeto de arquitetura.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Finda a leitura das informações, usou da palavra o Sr. Vereador Gonçalo Lopes, para questionar como correu a reunião do Executivo com o Administrador da Insolvência da Fábrica Barros III realizada no passado dia 15 de janeiro e quais as dúvidas apresentadas ao mesmo.

Esclarecendo, a Sra. Presidente informou que as dúvidas colocadas na reunião incluíram as mesmas que foram colocadas pelo Tribunal de Contas, nomeadamente, no que concerne à avaliação, a que acrescem outras de que se destacam, a identificação das frações em planta, avaliação atual do estado em que o imóvel se encontra e as necessidades do mesmo.

Complementando, a Jurista da Câmara Municipal, Dra. Bernardina Macedo informou que foi colocada a questão de se proceder a uma visita ao local.

Nesta senda o Sr. Vereador António Henriques lembrou que o Executivo já tinha estimado um valor para a manutenção daquele espaço, ao que a Sra. Presidente informou que neste momento é necessário ter uma noção exata da área do espaço que lhe parece andar à volta dos 5.000 m<sup>2</sup> e que existem inúmeras obras a fazer no local, nomeadamente com a substituição do telhado de fibro – cimento, a instalação elétrica e a localização exata daquela parte que está omissa.

Mais disse que houve a disponibilidade por parte do Administrador de Insolvência de enviar toda a informação solicitada.

Retomando, o Sr. Vereador António Henriques solicitou que lhes fosse remetida a comunicação enviada ao Sr. Administrador da Insolvência da Fábrica Barros III.

Intervindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes, questionou se os serviços da Câmara Municipal já tinham procedido à resposta dos pedidos de esclarecimentos por parte das empresas concorrentes que desencadeou a prorrogação de entrega de propostas para a reabilitação do pavilhão da Retorta.

A pedido da Sra. Presidente, usou da palavra a Jurista da Câmara Municipal, Dra. Bernardina Macedo para informar que neste momento o processo se encontra numa fase de verificação dos esclarecimentos.

De novo no uso da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou qual o ponto de situação da reunião agendada com o Eng.º Lobo Gonçalves, tendo a Sra. Presidente informado que a Câmara Municipal sugeriu algumas datas possíveis para a reunião ou que fosse ele a sugerir uma data porém, até hoje, não tinha tido qualquer feedback do mesmo.

De seguida, o Sr. Vereador António Henriques perguntou o que pensava a Câmara Municipal fazer sobre a questão do talude que dá acesso ao Carregal



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 2/2019**

Reunião Ordinária de 24 de janeiro de 2019

Cimeiro, tendo o Sr. Vereador Nuno Tomás respondido que ainda não se encontrava nada definido em concreto, contudo, a ideia passaria pela consolidação do mesmo.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente deu este período por encerrado e passou à ordem do dia.

**4. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS**

Considerando:

- Que, nos termos do disposto na lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto), a transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos é concretizada através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa;
- Que, nos dias 27, 28 e 29 de novembro de 2018, foram publicados onze diplomas setoriais referentes às transferências de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, a saber:
  - o Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27/11/2018, que concretiza a transferência de competências, para os órgãos municipais, no domínio da gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado;
  - o Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27/11/2018, que concretiza a transferência de competências, para os órgãos municipais, no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo;
  - o Decreto-Lei n.º 99/2018, de 28 de novembro, que concretiza a transferência de competências, para os órgãos das entidades intermunicipais, no domínio da promoção turística interna sub-regional;
  - o Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28/11/2018, que concretiza a transferência de competências, para os órgãos municipais, no domínio das vias de comunicação;
  - o Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29 de novembro, que concretiza a transferência de competências, para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais, no domínio da justiça;
  - o Decreto-Lei n.º 102/2018, de 29 de novembro, que concretiza a transferência de competências, para os órgãos das entidades intermunicipais, no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento;
  - o Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29 de novembro, que concretiza a transferência de competências, para os órgãos municipais, no domínio do apoio às equipas de intervenção permanente das associações de bombeiros voluntários e, para os órgãos das entidades intermunicipais,





**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 2/2019**

Reunião Ordinária de 24 de janeiro de 2019

- no domínio da rede dos quartéis de bombeiros voluntários e dos programas de apoio às corporações de bombeiros;
- Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29/11/2018, que concretiza a transferência de competências, para os órgãos municipais, no domínio da instalação de Espaços Cidadão;
  - Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29/11/2018, que concretiza a transferência de competências, para os órgãos municipais, no domínio da habitação;
  - Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29/11/2018, que concretiza a transferência de competências, para os órgãos municipais, no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização;
  - Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29/11/2018, que concretiza a transferência de competências, para os órgãos municipais, no domínio do estacionamento público.
- Que, tal como consta da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, a transferência das novas competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais tem carácter universal e é efetuada em 2019, admitindo-se, no entanto, a sua concretização gradual até 1 de janeiro de 2021;
  - Que as competências são transferidas automaticamente para os municípios caso a assembleia municipal não delibere, relativamente a cada um dos diplomas setoriais, que não pretende exercer a respetiva competência, no ano de 2019 e, caso mantenha o mesmo entendimento, no ano de 2020;
  - Que a referida deliberação da assembleia municipal terá que ser comunicada à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), no prazo de 60 dias consecutivos após a entrada em vigor de cada um dos diplomas setoriais, ou seja, impreterivelmente até ao dia 31/01/2019, 01/02/2019 ou 02/02/2019, consoante a data de publicação do diploma tenha ocorrido, respetivamente, no dia 27, 28 ou 29 de novembro de 2018;
  - Que os diplomas setoriais que transferem competências para as entidades intermunicipais estipulam que o exercício das mesmas por estas entidades depende de acordo prévio dos municípios que as integram;
  - Que, deste modo, urge comunicar à Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL) a deliberação da Assembleia Municipal de Castanheira de Pera respeitante à transferência de competências para aquela entidade;
  - Que, em reunião extraordinária de 21/01/2019, o Conselho Intermunicipal da CIMRL deliberou manifestar a disponibilidade desta comunidade intermunicipal para, no âmbito da Lei-quadro n.º 50/2018, de 16 de agosto e respetivos diplomas setoriais, receber, estritamente, as competências intermunicipais referentes aos Decretos-Lei n.ºs 99/2018, de 28 de novembro, 101/2018, de 29 de novembro, 102/2018, de 29 de novembro e 103/2018, de 29 de novembro;
- Propõe-se que, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º e na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal delibere aprovar a submissão da seguinte proposta à aprovação da Assembleia Municipal:
- 1- Não aceitação da transferência de competências para os órgãos municipais decorrentes dos diplomas legais setoriais já publicados (Decreto-Lei 97/2018, Decreto-Lei 98/2018, Decreto-Lei 100/2018, Decreto-Lei 101/2018, Decreto-Lei



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 2/2019**

Reunião Ordinária de 24 de janeiro de 2019

103/2018, Decreto-Lei 104/2018, Decreto-Lei 105/2018, Decreto-Lei 106/2018 e Decreto-Lei 107/2018), por considerar que o Município não se encontra devidamente preparado para o efeito devido, nomeadamente, à escassez de recursos técnicos, financeiros e humanos de que padece, facto que tem causado grandes e graves constrangimentos no desenvolvimento regular da atividade municipal, a qual, sem adicional cautela e ponderação, designadamente, no todo organizacional, poderia sofrer uma sobrecarga desmesurada com potenciais efeitos negativos na satisfação do interesse público que lhe está subjacente;

- 2- Aceitação da transferência das competências adstritas à Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria no âmbito da Lei-quadro n.º 50/2018, de 16 de agosto e respetivos diplomas setoriais já publicados (Decretos-Lei n.ºs 99/2018, de 28 de novembro; 101/2018, de 29 de novembro; 102/2018, de 29 de novembro e 103/2018, de 29 de novembro).

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**5. DELUXE CAFFE – LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO**

Presente requerimento de Deluxe Caffé, representado por Nelson Daniel de Jesus Santos, solicitando a concessão de licença especial de ruído, nos termos do Regulamento Municipal sobre Instalação e Funcionamento de Recintos de Espetáculos e Divertimentos Públicos e com base no Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, para a realização de música ao vivo naquele estabelecimento, no passado dia 12 de janeiro, no horário compreendido entre as 21h.00 do dia 12 de janeiro de 2019 e as 02h.00 do dia seguinte.

Considerando que a realização do espetáculo ocorreu em data anterior à presente reunião e o processo se encontrava devidamente instruído, não existindo impedimentos que obstassem à sua apreciação, foi emitida a licença conforme solicitado, propondo-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o respetivo despacho de deferimento do pedido.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**6. NÚCLEO DESPORTOS MOTORIZADOS DE LEIRIA – 8.º RALLYE DE INVERNO – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO**

Presente e-mail do Núcleo de Desportos Motorizados de Leiria a informar que irá realizar no dia 2 de fevereiro de 2019 uma prova de automobilismo denominada “Regularidade Sport Plus” (Rallye de Inverno), para automóveis clássicos e desportivos, e a solicitar, neste âmbito, a devida autorização, anexando para o efeito o respetivo regulamento da prova e itinerário.

Mais solicita apoio para a concretização deste evento, nomeadamente quanto ao suporte dos custos relativos aos serviços a prestar pela G.N.R - Castanheira de Pera e pelos Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera, bem como a cedência de grades e do fecho da via entre as duas rotundas junto à Ponte





**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 2/2019**

Reunião Ordinária de 24 de janeiro de 2019

da Praia das Rocas, para concentração dos concorrentes no ponto de partida/chegada do Rallye.

Requer, ainda, autorização para disputar a Rampa de Castanheira de Pera, com início no Ameal (CM 1151) e o fim na EN236, com duas passagens, no período compreendido entre as 09h.00 e as 12h.00 e entre as 13h30 e as 16h.30.

Considerando que a indicada prova constitui uma mais-valia para o concelho, contribuindo para a promoção e divulgação turística do mesmo, bem como para a dinamização da sua vertente socioeconómica;

Considerando que o processo se encontra devidamente instruído, não existindo impedimentos que obstem à sua apreciação;

Propõe-se que, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março, a Câmara Municipal delibere autorizar a realização da referida prova, mediante o cumprimento dos condicionalismos impostos pelas entidades consultadas.

Mais se propõe, que a Câmara Municipal delibere conceder o apoio solicitado, no limite das competências e dos recursos existentes e disponíveis no Município.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**7. SPORT CASTANHEIRA DE PERA E BENFICA – APOIO FINANCEIRO PARA O ANO DE 2019**

O Sport Castanheira de Pera e Benfica, através de documentos rececionados em 31/10/2018, veio apresentar o Plano de Atividades e Orçamento provisório daquela instituição para o ano de 2019, nos termos e para efeitos do n.º 1 do artigo 5.º, capítulo II, do Regulamento Municipal para a Atribuição de Subsídios a Entidades e Organismos que Prossigam no Município fins de Interesse Público.

Considerando que a atividade física e o desporto contribuem para a promoção do bem-estar, da qualidade de vida e da saúde da população, inserindo-se este domínio nas atribuições e competências do município, conforme decorre do disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando a inegável mais-valia que o Sport Castanheira de Pera e Benfica, Instituição de Utilidade Pública, representa no fomento da atividade desportiva local e na ocupação de tempos livres, nomeadamente, no seio da comunidade mais jovem;

Considerando, ainda, a cabimentação existente para a atribuição de apoio financeiro, constante da informação emitida pela respetiva secção financeira;

Propõe-se que, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere atribuir àquela entidade um subsídio no montante de 18.000,00 € (dezoito mil euros), para efeitos de apoio na realização de atividades constantes do respetivo Plano para o ano de 2019.

Atento ao disposto no Regulamento Municipal para a Atribuição de Subsídios a Entidades e Organismos que Prossigam no Município Fins de Interesse Público, propõe-se, ainda, que a atribuição deste apoio seja formalizada



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 2/2019**

Reunião Ordinária de 24 de janeiro de 2019

mediante a outorga de protocolo, a celebrar nos termos da minuta que se anexa à presente deliberação, dela fazendo parte integrante para todos os devidos efeitos.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**8. SEMENTE, LEVAMOS VIDA – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE ESPAÇO**

Presente proposta de Protocolo de Cedência de Espaço a outorgar entre este Município e a Associação SEMENTE, Levamos Vida – Associação Humanitária, tendo como objeto a cedência a esta Associação, a título precário e gratuito, do uso e fruição do edifício pré-fabricado (antiga pré-escola), bem como do prédio rústico onde o mesmo se encontra implantando, ambos sítios em Souto do Vale - Castanheira de Pera.

Os referidos espaços destinam-se a funcionar como infraestruturas de suporte ao desenvolvimento da atividade da SEMENTE, de que se destaca a promoção, execução e apoio a projetos e ações de cariz social, educacional, económico e ambiental, com benefícios diretos ou indiretos para o concelho de Castanheira de Pera e para a região.

Considerando o interesse que a atividade a desenvolver pela SEMENTE, representará para o Município, particularmente nas áreas de cariz social, com vantagens para a população, nomeadamente, ao nível do combate à pobreza e à exclusão social;

Considerando que a permanência da SEMENTE no concelho propiciará também o aumento do fluxo de pessoas ao território, dinamizando a economia local, trazendo, assim, benefícios, igualmente, ao nível do desenvolvimento socioeconómico;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a outorga do protocolo em apreço, nos precisos termos da minuta que se anexa e se dá aqui por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

**DISCUSSÃO:**

Em jeito de esclarecimento, usou da palavra a Jurista da Câmara Municipal, Dra. Bernardina Macedo para dar conta de algumas alterações à minuta do protocolo que foi enviada aos Srs. Vereadores.

O Sr. Vereador António Henriques questionou quais os projetos que a associação pretende desenvolver, tendo a Sra. Presidente informado que pretendem desenvolver projetos nas áreas da agricultura e da floresta.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**9. JUVENTUDE SOCIALISTA – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO DA PRAÇA DA NOTABILIDADE E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPECTIVAS TAXAS**



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 2/2019**

Reunião Ordinária de 24 de janeiro de 2019

Presente e-mail da Juventude Socialista a solicitar a cedência do auditório da Praça da Notabilidade, para o dia 23 de fevereiro de 2019, para realização de uma atividade denominada “Explorar o Interior”, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

Considerando o relevante interesse do tema, a natureza da requerente, bem como as deliberações anteriores relativas a pedidos idênticos ao presente, propõe-se que a Câmara Municipal delibere autorizar a cedência do auditório, com isenção do pagamento das respetivas taxas, conforme requerido.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

## **10. ATUALIZAÇÃO DE TAXAS E TARIFAS**

Considerando que o artigo 18.º do Regulamento Geral das Taxas do Município estatui a faculdade de se proceder à atualização anual do valor das taxas, em função em função da taxa de inflação verificada no ano anterior;

Considerando o disposto no artigo 44.º, n.º 1, do Regulamento de Distribuição de Água ao Concelho de Castanheira de Pera relativamente à atualização anual dos valores constantes do tarifário anexo ao mesmo, com base no índice de preços no consumidor;

Considerando que, em 11/01/2019, foi publicada pelo Instituto Nacional de Estatística a informação de que em 2018 o Índice de Preços no Consumidor registou uma taxa de variação média de 1,0%;

Propõe-se que a Câmara Municipal, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere propor à Assembleia Municipal a atualização dos valores das taxas do Município em 1,0%, de harmonia com a taxa de variação média do índice de preços no consumidor/inflação registada em 2018.

Mais se propõe, que a Câmara Municipal delibere autorizar a atualização do valor das tarifas respeitantes aos serviços de fornecimento de água, saneamento básico e recolha de resíduos naquela mesma percentagem (1,0%).

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

## **11. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO**

Ponto retirado da ordem de trabalhos.

## **12. PROJETO DA 2.ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO GERAL DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA DE PERA**

Ponto retirado da ordem de trabalhos.

## **13. PROGRAMA CLDS 4G**

Através de ofício rececionado nesta Autarquia em 10/01/2019, o Conselho Diretivo do Instituto da segurança Social veio informar o Município que, nos termos do n.º 2 do artigo 2.º da Portaria n.º 229/2018, de 14 de agosto, foi publicado o Despacho n.º 176-C/2019, de 04/01/2019 do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o qual determina que o concelho de Castanheira de Pera é elegível no âmbito do Programa CLDS—4G, pelo que será alvo de financiamento.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 2/2019**

Reunião Ordinária de 24 de janeiro de 2019

Nos termos do referido ofício o Instituto da Segurança social solicita que a Câmara Municipal se manifeste sobre o seu interesse no desenvolvimento de um CLDS-4G no concelho de Castanheira de Pera e, em caso de resposta positiva, designe a entidade coordenadora local da parceria para o mesmo, de entre entidades de direito privado, sem fins lucrativos que atuem na área do desenvolvimento social e no território de intervenção do indicado programa.

Considerando a indubitável mais-valia para o concelho resultante da implementação do programa CLDS-4G, atendendo, nomeadamente, aos eixos de intervenção sobre os quais este incidirá, propõe-se que a Câmara Municipal delibere manifestar interesse no desenvolvimento de um programa CLDS-4G no concelho de Castanheira de Pera.

Mais se propõe que, nos termos do n.º 1 do artigo 10.º da Portaria n.º 229/2018, de 14 de agosto, a Câmara Municipal delibere selecionar para entidade coordenadora local da parceria (ECLP) o Centro Paroquial de Solidariedade Social de Castanheira de Pera.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

#### **14. BALANCETE**

Foi presente o balancete referente ao dia 22 de janeiro de 2019, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era nesse dia de 2.648.579,96 € (dois milhões seiscentos e quarenta e oito mil quinhentos e setenta e nove euros e noventa e seis cêntimos), sendo as operações orçamentais no valor de 2.622.376,98 € (dois milhões seiscentos e vinte e dois mil trezentos e setenta e seis euros e noventa e oito cêntimos) e as operações não orçamentais no valor de 26.202,98 € (vinte e seis mil duzentos e dois euros e noventa e oito cêntimos). Os movimentos de tesouraria ascendiam nesse mesmo dia ao montante de 2.658.723,26 € (dois milhões seiscentos e cinquenta e oito mil setecentos e vinte e três euros e vinte e seis cêntimos), valor que inclui o montante de 10.143,30 € (dez mil cento e quarenta e três euros e trinta cêntimos) em documentos.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

#### **15. PAGAMENTOS**

Foi presente listagem dos pagamentos autorizados e efetuados entre 10/01/2019 e 22/01/2019, registados sob os números 3 a 55, no valor total de 66.859,75€ (sessenta e seis mil oitocentos e cinquenta e nove euros e setenta e cinco cêntimos), respeitantes a despesas orçamentais.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

#### **16. ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2019**

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o despacho proferido pela Sra. Presidente em 14/01/2019, autorizando a 1.ª Alteração às Grandes Opções do Plano, no valor de 51.600,00 € (cinquenta e um mil e seiscentos euros), no Plano Plurianual de Investimentos, por reforço e anulação.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 2/2019**

Reunião Ordinária de 24 de janeiro de 2019

Mais se propõe que, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I do diploma legal supra referido, em conjugação com o estipulado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a Câmara Municipal delibere aprovar a 2.ª Alteração às Grandes Opções do Plano, no valor de 30.900,00€ (trinta mil e novecentos euros), no Plano Plurianual de Investimentos, igualmente, por reforço e anulação.  
**DISCUSSÃO:**

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes pediu esclarecimentos sobre as alterações em causa tendo a Sra. Presidente informado que a 1.ª alteração se devia à necessidade de transferência de verba para a realização de novos estudos e projetos relacionados com as Etar's que estão a ser candidatas ao abrigo da CIM.

Em complemento, o Sr. Vereador Nuno Tomás acrescentou que como abriu um novo aviso optou-se por incluir outros projetos de que há necessidade, nomeadamente, a eliminação de fossas sépticas, algumas redes que faltavam fechar bem como um projeto de águas na zona do Bolo e do Casalinho para corrigir a deficiência da rede ao nível da pressão.

Relativamente à 2.ª alteração a Sra. Presidente informou que estava relacionada com a Rede Viária Municipal.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

## **17. ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE 2019**

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o despacho proferido pela Sra. Presidente em 14/01/2019 autorizando a 1.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, no valor de 75.480,00€ (setenta e cinco mil quatrocentos e oitenta euros), por reforço e anulação.

Mais se propõe que, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I do diploma legal supra referido, em conjugação com o estipulado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a Câmara Municipal delibere aprovar a 2.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, no valor de 31.400,00€ (trinta e um mil e quatrocentos euros), igualmente, por reforço e anulação.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

## **18. OBRAS PARTICULARES**

Glória Maria Antunes Domingues Pina e João Luís Pina da Costa vêm requerer aprovação do pedido de legalização e autorização de utilização referente à operação urbanística de construção de moradia unifamiliar, numa parcela de



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 2/2019**

Reunião Ordinária de 24 de janeiro de 2019

terreno sito na Banda de Além, União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral.

Propõe-se que a Câmara Municipal aprove o pedido de legalização e respetiva autorização de utilização, tudo nos termos e com os fundamentos constantes do Parecer n.º 3/SPOPU/2019, de 18 de janeiro de 2019, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**19. PROGRAMA DE APOIO À RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES NÃO PERMANENTES, AFETADAS PELO INCÊNDIO DE JUNHO DE 2017 – APRECIACÃO DE REQUERIMENTOS**

Presente Parecer emitido pelo Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo em 21/01/2019, referente ao requerimento/processo que corre termos nesta Câmara Municipal sob o número de ordem SF3, apresentado no âmbito do Regulamento Municipal do Programa de Apoio à Reconstrução de Habitações não Permanentes afetadas pelo Incêndio de junho 2017, pronunciando-se em sentido desfavorável à pretensão do requerente.

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere indeferir o referido pedido/processo, nos termos e com os fundamentos constantes do parecer supra referido, cuja cópia se anexa à presente deliberação e aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

Mais se propõe que a Câmara Municipal delibere conceder ao requerente/interessado, um prazo de 10 dias úteis, a contar da receção da notificação da presente deliberação para vir dizer, por escrito, querendo, o que se lhe oferecer sobre este projeto de decisão, tudo nos termos do disposto nos artigos 121.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**20. EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS/ INCÊNDIOS 2017 – ALTERAÇÃO DE DENOMINAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO E ALTERAÇÃO DE ELEMENTO DA FISCALIZAÇÃO**

Considerando que a empresa Windpark Lda. enviou comunicação ao Município informando que a empresa Isidoro Correia da Silva, Lda., adjudicatária da empreitada “Reabilitação de Estradas Municipais/Incêndios 2017”, foi objeto de uma reorganização, tendo passado a denominar-se Windpark Lda., mantendo, no entanto, todos os outros dados, nomeadamente o número de identificação fiscal, detalhes bancários e números de telefone;

Considerando, também, a necessidade de se proceder a ajustamentos/alterações na fiscalização da aludida empreitada;

Relativamente à alteração da denominação do adjudicatário na empreitada “Reabilitação de Estradas Municipais/Incêndios 2017” para a empresa Windpark Lda., propõe-se que a Câmara Municipal delibere adiar a tomada de decisão para momento posterior, em virtude de o assunto carecer de esclarecimentos adicionais.





**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 2/2019**

Reunião Ordinária de 24 de janeiro de 2019

Quanto à fiscalização da empreitada, designada por despacho proferido pela Senhora Presidente da Câmara em 31/07/2018, ratificado em reunião ordinária deste órgão de 10/08/2018, propõe-se que a Câmara Municipal delibere proceder à alteração da composição da mesma, substituindo o Eng.º Rui Manuel Almeida e Silva pela Eng.ª Ana Paulo David Antunes Lourenço.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

O Sr. Vereador João Graça alegou impedimento nesta matéria por ser cônjuge do novo elemento designado para a fiscalização, o que foi aceite, por unanimidade, pelo que não participou da apresentação, discussão e votação deste assunto, tendo-se ausentado da sala de reuniões.

**21. EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS/ INCÊNDIOS 2017 – CORTE E CONDICIONAMENTO DE VIAS - RATIFICAÇÃO**

Considerando que a empreitada “Reabilitação de Estradas Municipais/Incêndios 2017” se encontra em curso e inclui a execução de intervenções na Estrada Municipal 509 - Entre Além da Ribeira (EN236) e o Torgal;

Considerando que a execução dos trabalhos acarreta alguns constrangimentos para o tráfego automóvel em alguns troços daquela via, que se verificaram desde o dia 18/01/2019 e que se irão prolongar pelo tempo necessário à conclusão dos mesmos, conforme cópia de Edital que se anexa;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere autorizar o corte e/ou restrições ao trânsito na referida via com efeitos retrotraídos a 18/01/2019 e pelo período que se revele necessário à concretização dos indicados fins, ratificando-se a decisão tomada pela Sra. Presidente da Câmara Municipal nesse sentido, por se enquadrar nos pressupostos subjacentes à aplicação do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**22. EMPREITADA “REGENERAÇÃO DE EDIFÍCIOS E CONSTRUÇÕES MUNICIPAIS, EDIFICAÇÕES MUNICIPAIS (PAVILHÃO DA RETORTA)/ INCÊNDIOS 2017 – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO**

Presente o Despacho proferido pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal em 21 de janeiro de 2019, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, determinando a prorrogação do prazo para apresentação das propostas no âmbito do procedimento de concurso público de “Regeneração de Edifícios e Construções Municipais, Edificações Municipais (Pavilhão da Retorta) /Incêndio 2017”.

Propõe-se que, considerados verificados os pressupostos do preceito legal supra referido, a Câmara delibere ratificar o mencionado despacho, cuja cópia se anexa à presente deliberação e que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da mesma parte integrante.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 2/2019**

Reunião Ordinária de 24 de janeiro de 2019

**23. EMPREITADA DE “INTERVENÇÕES DE ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA PÓS INCÊNDIO/ INCÊNDIO DE 2017 (INCÊNDIO FLORESTAL DE PEDRÓGÃO GRANDE)” – MINUTA DE CONTRATO**

Tendo-se verificado a existência de lapsos na minuta de contrato a outorgar com o adjudicatário da empreitada “Intervenções de estabilização de emergência pós incêndio/Incêndio de 2017 (Incêndio florestal de Pedrógão Grande)”, aprovada em reunião ordinária deste órgão de 27 de dezembro de 2018, propõe-se que, conforme disposto no n.º 1 do artigo 174.º do Código do Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal delibere proceder à retificação da mesma, nos seguintes termos:

- Na parte respeitante à identificação do segundo outorgante onde se lê “...matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Mirando do Corvo...” deve passar a ler-se “...matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Penalva do Castelo...”;
- Na parte respeitante ao valor total da empreitada onde se lê “... o que perfaz a quantia de 385.912,85 € (trezentos e oitenta e cinco mil novecentos e doze euros e oitenta e cinco centimos)...” deve passar a ler-se “...o que perfaz a quantia de 383.912,85 € (trezentos e oitenta e três mil novecentos e doze euros e oitenta e cinco centimos)...”

Mais se propõe, nos termos e com os efeitos previstos no n.º 2 da citada disposição legal, que a Câmara Municipal delibere considerar a minuta de contrato da aludida empreitada que ora se junta, com as alterações já introduzidas.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**24. ENCERRAMENTO**

Não havendo mais assuntos a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião eram vinte horas e quinze minutos, tendo-se de tudo lavrado a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Presidente da Câmara Municipal e por mim, Bernardina Pais de Macedo, Chefe da Divisão de Administração Autárquica do Mapa de Pessoal deste Município, que, tendo sido para o efeito designada, a redigi e subscrevo.

A Presidente: \_\_\_\_\_

A Secretária: \_\_\_\_\_